



Miguel Relvas comenta a mensagem de Natal do Primeiro-Ministro

Azevedo Soares (1941- 2010)

Uma vida de serviço dedicada a Portugal e ao PSD

POVO LIVRE



nº 1671

5 de Janeiro de 2011

Director: Miguel Santos
Periodicidade Semanal - Registo na ERC
nº 105690 - Propriedade: PSD



“Nunca em tantos anos foi tão importante eleger um Presidente da República”

Pedro Passos Coelho em Vila Pouca de Aguiar

Parlamento p.6

Miguel Macedo quer explicações sobre alterações nas chefias da Segurança Social

Regional p.7

“Portugal precisa de Cavaco Silva”

Local p.9

Governo falha promessa de construção da 2.ª fase da via Arouca-Feira

No Algarve

Visita a Albufeira e contactos com a indústria hoteleira e instituições de Solidariedade Social



O Presidente do Partido Social Democrata, Pedro Passos Coelho, cumpriu na quinta-feira, 23 de Dezembro de 2010, uma visita a Albufeira, no Algarve, durante a qual foi recebido na Câmara Municipal de Albufeira, seguindo-se, ainda de manhã, uma reunião com a Associação de Hotéis e Empreendimentos Turísticos do Algarve, um almoço com os órgãos distritais do PSD de Faro, no Restaurante do 'Balaia Village' e finalmente, já depois das 3 da tarde uma importante reunião com o IPSS da região do Algarve, na Biblioteca Municipal de Faro.

Na reunião da manhã, com os representantes das actividades hoteleiras, o líder do PSD defendeu que seria "desadequado" implementar nesta altura uma experiência de regionalização em Portugal, o que podia "abalar a confiança" dos mercados externos.

Segundo Passos Coelho, a introdução do modelo de regionalização num momento em que Portugal se esforça para ordenar as contas, poderia ser interpretado pelo exterior como uma falha na capacidade para "disciplinar a despesa pública".

Mas, esclareceu, trata-se, de resto, de uma questão de oportunidade, não de oposição à regionalização. Desta forma, o líder do nosso Partido encarou frontalmente o debate em torno da regionalização, que surgiu na sequência de uma questão colocada ao nosso Presidente por um dos membros da assistência, tendo Passos Coelho lembrado que esse processo só poderá avançar com uma revisão constitucional.

Passos Coelho afirmou ainda que, ao contrário do que a maioria das pessoas possam pensar, a criação de regiões administrativas "não traz mais classe política, mais despesa pública e mais do mal que as pessoas associam ao Estado".

"A única maneira de quebrar este cepticismo é mostrar que o processo pode ser feito de outra maneira", afirmou, sublinhando que a implementação do modelo em apenas uma região piloto poderia ajudar a fazer "a disseminação pelo País".

Por se tratar de um encontro com empresários do turismo, o presidente do PSD falou ainda sobre as dificuldades que o sector atravessa e fez notar que o turismo não pode ser visto como algo à parte, devendo sim fazer parte de uma estratégia integrada.

"O Turismo não pode ser uma espécie de secretaria de Estado, uma área sectorial a tratar. Se é uma estratégia nacional, tem que ter uma política nacional, transversal a todos os sectores", concluiu.

Pedro Passos Coelho, dirigindo-se ao Governo, pediu também "transparência" e uma "informação clara e concisa" sobre as suas intenções para o BPN e sobre os custos

que elas vão ter para o Estado.

Em Faro, o líder do PSD defendeu que "em dever de lealdade, transparência e rigor, era importante que, depois de terem falhado as operações que o Governo tinha destinado para o BPN ainda este ano, nomeadamente a sua reprivatização, houvesse já uma informação clara e concisa ao país".

A trapalhada das SCUT

Passos Coelho, lembrou ainda que a solução "complicada" que o Governo encontrou para o pagamento de portagens nas vias antigamente chamadas "Sem Custos para o Utilizador - SCUT) ilustra bem a trapalhada" que resultou desse processo.

Segundo Passos Coelho, os diferentes critérios tidos em conta para definir o sistema de pagamento de portagens "retrata bem o que acontece quando não se pensa" de forma profunda antes de implementar algo.

"A própria solução que o Governo encontrou para as portagens ilustra bem a trapalhada que resultou daqui", afirmou ante a plateia de militantes, dirigentes e simpatizantes do PSD e de muitos empresários algarvios ligados ao sector turístico.

Para o presidente do PSD, se não existe uma solução que seja "100 por cento justa [para as SCUT], não deveria haver uma solução injusta", já que a única forma justa seria, na sua opinião, que todos pagassem por igual.

Passos Coelho diz ainda que em algumas das SCUT existentes no País o número de utilizadores é tão pequeno, que nunca garantirá a recuperação do investimento, já que o tráfego que algumas apresentam, praticamente não justifica o investimento feito.

Passos Coelho ainda se encontrou, ao princípio da tarde, com representantes de algumas Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) do Algarve, aos quais exprimiu a amizade e admiração do PSD e a forma como apoiamos a sua justa luta por maior representatividade e pelo reconhecimento do trabalho indispensável que levam a cabo. - PSD/PL, fotos PSD/Faro

Em Vila Pouca de Aguiar

“Nunca em tantos anos foi tão importante eleger um Presidente da República”

O Presidente do PSD, Pedro Passos Coelho marcou presença no jantar de Natal da Distrital de Vila Real do PSD, no passado dia 28 de Dezembro em Vila Pouca de Aguiar. Perante cerca de um milhar de militantes e simpatizantes o Presidente do PSD testemunhou a tomada de posse dos novos órgãos distritais do PSD de Vila Real, eleitos no dia 17 de Dezembro de 2010.

O Presidente da Comissão Política Distrital reeleito, Domingos Dias, agradecendo a presença do Presidente do Partido, fez um breve balanço do trabalho do mandato anterior e dos resultados alcançados, em que o distrito de Vila Real foi, nas três eleições havidas em 2009 – Europeias, Legislativas e Autárquicas – aquele onde o PSD obteve a maior votação no continente, recuperando ao PS a posição de partido mais votado nas Europeias e Legislativas. A aposta num distrito unido e que contribua decisivamente para a mudança de que Portugal necessita serão assim, sempre, objectivos da estrutura distrital do PSD de Vila Real. Disse ainda apostar decisivamente no conhecimento que o líder do partido tem deste distrito e de toda a sua região como factor de esperança para um futuro justo e equitativo para o interior do país.

Na pessoa do Presidente do PSD, o reeleito líder distrital endereçou a todos os militantes e simpatizantes presentes, que esgotaram por completo o salão principal e salas adjacentes, votos de um ano de 2011 pleno de saúde, trabalho e empenho na construção de um futuro melhor e mais digno para o distrito de Vila Real e para Portugal.

Agradecendo estes votos e a presença de todos neste jantar o nosso Presidente enalteceu o trabalho da Distrital do PSD de Vila Real e o resultado agora alcançado, que expressou uma elevada participação dos militantes na eleição e um motivador sinal de união do distrito, atendendo aos 94% de sufrágios favoráveis.

Lembrando a actualidade política, marcada pelas próximas eleições presidenciais, Pedro Passos Coelho fez um forte apelo ao voto no Prof. Cavaco Silva, para que Portugal possa continuar a ter como Presidente da República alguém com a correcta noção da situação do país e das políticas que serão necessárias aplicar para ultrapassar essa gravíssima situação.

Pedro Passos Coelho recordou aos presentes a força que o valor da solidariedade terá que representar nos tempos vindouros, em que as dificuldades se farão inevitavelmente sentir, bem como o alento que valor da confiança incute em quem verdadeiramente deseja uma mudança para Portugal. Para ser depositário dessa confiança o PSD terá de trilhar um rumo de responsabilidade e de credibilidade, de verdade e seriedade nos propósitos e na mensagem e de integridade e coragem na sua acção.

Pedro Passos Coelho ainda deixou um desejo para 2011: a reeleição de Cavaco Silva como Presidente da República. O líder social-democrata criticou Manuel Alegre, afirmando que mesmo “no PS, muita gente está a morder a língua para o apoiar”.



No seu discurso (ouvido pelos mais de mil apoiantes e militantes, que se juntaram para ver e cumprimentar o Presidente do nosso Partido, natural daquele distrito transmontano), o líder social-democrata deixou alguns desejos para o próximo ano, entre eles a reeleição do actual Presidente da República, mais “ética” e “solidariedade” para enfrentar os tempos difíceis e mais “confiança” dos Portugueses em Portugal.

Para Passos Coelho, é importante reeleger Cavaco Silva porque “tem noção de Estado, do que um Governo deve fazer, do que Portugal precisa e da confiança que precisa de inspirar lá fora”.

“Ele não está lá para nos dar o governo, não é em Belém que se governa, é em São Bento. Nós não confundimos as coisas”, referiu.

Pedro Passos Coelho acrescentou ainda que “nunca em tantos anos foi tão importante eleger um Presidente”. “Imaginem o que seria, nós precisaríamos de fazer reformas importantes em Portugal, e termos, como Presidente da República, um cidadão com a visão do Bloco de Esquerda do que deve ser o futuro da Nação...”.

O líder do PSD criticou precisamente esta “visão” que o candidato Manuel Alegre, apoiado por PS e BE, teve ao longo dos últimos anos, que leva a que mesmo “no PS tanta gente está a morder a língua para o apoiar”.

Para o próximo ano, Passos Coelho sublinhou ainda a necessidade dos Portugueses no seu todo, “ganharem confiança”, porque todos os países que actualmente passam dificuldades são “justamente Países em quem se perdeu a confiança”.

“Por isso o dinheiro é mais caro e às vezes passam mais necessidades; e os programas que são impostos de fora exigem mais medidas difíceis, que têm consequências mais penosas. Quando se perde a confiança, é tudo muito mais difícil”, salientou.

E porque se perspectiva um 2011 de muitas dificuldades, Pedro Passos Coelho afirmou desejar, também para o próximo ano, “mais ética e moral, para defender quem mais precisa”.-

Fontes: Lusa, correspondente do PL



Azevedo Soares (1941- 2010)

Uma vida de serviço dedicada a Portugal e ao PSD

Nas vésperas do fim do ano passado, chegou-nos a triste notícia do falecimento do comandante Eduardo Eugénio de Castro e Azevedo Soares, que após uma distinta carreira militar na Marinha de Guerra Portuguesa, desempenhou vários cargos políticos, sempre ligado ao seu Partido, o PSD, de que foi militante durante 33 anos e até morrer.

Entre outros cargos exerceu o de Deputado à Assembleia da República em diversas legislaturas; no governo ocupou os cargos de Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros; no X Governo Constitucional de Portugal, sendo um dos grandes responsáveis pelas negociações da transição de Macau para a China. Foi Ministro do Mar no XII Governo Constitucional de Portugal, onde executou um grande trabalho na recuperação da Orla Costeira Portuguesa e tendo negociado junto da União Europeia melhores condições para a pesca Portuguesa, conseguindo manter a Zona Económica Exclusiva inalterada ante a ameaça da Espanha que, na então CEE pretendia autorizações liberalizadas para a sua frota pesqueira, em águas nacionais portuguesas.

Foi candidato a Presidente da Câmara Municipal de Cascais pelo PSD no ano de 1996, tendo perdido as eleições por curta margem para o candidato adversário; contudo, manteve o seu mandato de ve-



reador pelos quatro anos correspondentes e assim honrando a sua promessa aos eleitores do concelho.

No seu Partido de sempre, foi secretário-geral de Fernando Nogueira e primeiro vice-presidente de Luís Marques Mendes que recorda, acima de tudo, um amigo de todas horas.

“Foi meu colaborador em vários momentos. Primeiro no grupo parlamentar, quando fui líder parlamentar, foi vice-presidente do Partido quando fui líder e desempenhou, sempre com distinção, muitos cargos na vida pública e política”, sublinhou.

O antigo presidente do PSD recorda que, sente “a morte de Azevedo Soares como se fosse um familiar muito próximo, porque era de facto uma pessoa extraordinária, aquilo que chamo de uma pessoa intrinsecamente boa, bem formada, de grande carácter e, por isso, é um momento muito triste”.

Azevedo Soares foi um dos impulsores e grande apoiante da Candidatura de Cavaco Silva à Presidência da República, sendo membro da sua comissão política.

Tinha sido agraciado com diversas condecorações de prestígio, portuguesas e estrangeiras.

O Presidente do PSD e o falecimento de Azevedo Soares



O presidente do PSD, Pedro Passos Coelho, enalteceu a “noção de Estado e de serviço público” do ex-ministro Azevedo Soares, um “homem honrado e íntegro”.

“Foi um homem que, ao longo da sua vida, desempenhou com muito brio, muita honradez e integridade múltiplas funções de que o PSD se orgulha. Como presidente do PSD, quero testemunhar a herança que nos deixa, do homem honrado e íntegro e com uma noção de serviço ao Estado e à Nação, que sempre teve e era um dos seus traços dominantes”.

Pedro Passos Coelho fez estas declarações na Basílica da Estrela, depois de prestar a última homenagem a Azevedo Soares, com os ex-presidentes do PSD Luís Marques Mendes e Pedro Santana Lopes e ainda do Secretário-Geral, Miguel Relvas e do líder parlamentar, Miguel Macedo, que foram algumas das muitas personalidades sociais-democratas que marcaram presença naquele templo, em que Azevedo Soares esteve em câmara ardente.

Pedro Passos Coelho recordou ainda o “cidadão activo e empenhado”, frisando que o comandante Azevedo Soares foi um “político íntegro” que, no último governo de Cavaco Silva, “foi também um reformador”.

– Povo Livre

Miguel Relvas comenta a mensagem de Natal do PM

“Mais um exercício de retórica, próprio de quem pretende fugir às responsabilidades”



O secretário-geral do PSD, Miguel Relvas, em conferência de Imprensa na sede Nacional, no passado dia 26 considerou, que a mensagem de Natal do primeiro-ministro, transmitida no sábado, foi mais um exercício de “retórica”, próprio de quem pretende “fugir às responsabilidades” sobre a actual situação do país.

Em declarações aos órgãos de informação, o porta-voz social-democrata sustentou que a mensagem de Natal do primeiro-ministro aos portugueses “é basicamente igual à que proferiu em 2008 ou em 2009”.

“O primeiro-ministro continua a não querer confrontar-se com os problemas do país, nem apresenta para estes mesmos problemas qualquer solução”, lamentou Miguel Relvas.

De acordo com o secretário-geral do PSD, “o primeiro-ministro voltou a omitir a realidade de Portugal para fugir às suas próprias responsabilidades na situação presente”.

“Assistimos a mais um exercício de retórica e a mais um discurso sem novidades do primeiro-ministro. Não há nada de novo a acrescentar, além do seu já habitual irrealismo”, sublinhou Miguel Relvas, ainda em referência à mensagem.

Na mensagem de Natal, o primeiro-ministro repetiu as habituais frases de apelo à mobilização dos portugueses no combate à crise, dizendo que, pela sua parte, não desistirá. - Fontes: RTP1, Lusa

“O Governo tem iludido as dificuldades, nunca falou verdade aos portugueses”



No Domingo passado, Miguel Macedo, em conferência de imprensa, na sede nacional, e a propósito da mensagem de Ano Novo do chefe de Estado, elogiou o ‘discurso de “verdade” do Presidente da República, contrapondo a mensagem de Ano Novo de Cavaco Silva à intervenção do primeiro-ministro, por ocasião do Natal.

“O senhor Presidente da República não iludiu os problemas, não deixou de falar das dificuldades do país, não deixou de falar da pobreza que assola, infelizmente, milhares de portugueses”, afirmou o dirigente do PSD.

‘Por outro lado’ - acrescentou o líder da bancada social-democrata - ‘na sua mensagem de Ano Novo,

Cavaco Silva além de apelar à verdade como forma de superar os problemas’, não deixou de transmitir uma ‘mensagem de esperança e de mobilização’ como forma de afirmar a sua convicção de que, em conjunto, os portugueses saberão superar as dificuldades.

Segundo Miguel Macedo tratou-se, portanto, de uma mensagem “bem diferente daquela que proferiu o primeiro-ministro, pelo Natal”.

Miguel Macedo recusou, contudo, a ideia que se tratou de um “discurso de ajuste de contas” com o executivo de José Sócrates, assinalando, antes, os “traços comuns” da intervenção de Cavaco Silva este ano com a mensagem de Ano Novo do ano passado.

“O senhor Presidente da República continuou a fazer um diagnóstico correcto da situação portuguesa, não deixou de falar verdade aos portugueses, não deixou iludir os problemas e nesse particular eu acho que o discurso do senhor Presidente da República é um discurso que vem na linha das advertências, dos avisos, que tem vindo a fazer ao longo dos anos”, sublinhou.

Insistindo que na sua mensagem de Ano Novo o Presidente da República “não quis iludir as dificuldades, nem quis iludir os problemas”, Miguel Macedo contrapôs a intervenção ao discurso do Governo que nunca “quis assumir com verdade a gravidade da situação” no país.

“Não é para mim uma situação nova, julgo que de há muito tempo a esta parte o Governo tem iludido essas dificuldades, nunca falou verdade aos portugueses. Os portugueses ainda hoje não ouviram da boca do primeiro-ministro toda a verdade sobre a situação designadamente do ponto de vista orçamental que penaliza ainda mais hoje a situação de todos nós”, sublinhou Miguel Macedo.

Questionado sobre as críticas de que o discurso de Cavaco Silva foi uma “mensagem eleitoralista”, o líder parlamentar do PSD recusou tal análise, considerando que o Presidente da República “tem sabido bem” separar “do ponto de vista formal, do ponto de vista institucional e em todos os momentos”, o papel de chefe de Estado e o papel de candidato às eleições presidenciais de 23 de Janeiro.

Interrogado sobre os elogios do PS à mensagem de Ano Novo de Cavaco Silva, Miguel Macedo disse apenas esperar que “correspondam a uma caída na vida real, por parte do PS”.

PSD saúda a evolução do Governo no apoio ao ensino particular e cooperativo



O PSD assinalou, na última segunda-feira do ano passado, a “evolução” que parece ter havido na posição, propagandeada como “irredutível”, do Governo sobre o diploma que regula o apoio do Estado aos estabelecimentos do ensino particular e cooperativo e que foi promulgado pelo Presidente da República.

O vice-presidente do grupo parlamentar do PSD, Pedro Duarte, ressaltou que apesar de os sociais-democratas reservarem uma

posição definitiva sobre o diploma para quando for conhecida a sua versão final, tendo em conta dados que já são públicos o partido congratula-se com “a evolução por parte da posição do Governo, que parecia à partida irredutível”.

Entre as matérias em que o executivo terá cedido, Pedro Duarte sublinhou as alterações relativas “à necessidade dos contratos com as escolas particulares e cooperativas terem um cariz plurianual”, dando “outra estabilidade a quem investe, a quem trabalha e a quem se dedica a este tipo de ensino”.

“Isso era para nós considerado um requisito fundamental. E isso foi já um passo dado em frente”, frisou.

Questionado sobre a intervenção do Presidente da República nas alterações que foram introduzidas à primeira versão do diploma, Pedro Duarte considerou que “foi uma posição de moderação e de mediação que surtiu efeito”.

“O Presidente da República fez vários apelos públicos ao bom senso e depois terá feito de forma mais reservada outro tipo de intervenções. Pelo aquilo que se conhece até ao momento, só podemos concluir que foi um sucesso na medida em que o Governo cedeu em muitas posições que à partida se mostrava irredutível”, referiu, considerando que se trata de “um bom exemplo de uma boa cooperação que resultou eventualmente numa melhor solução final”.

A Presidência da República divulgou hoje um comunicado onde dá nota que o chefe de Estado promulgou o diploma que regula o apoio do Estado aos estabelecimentos do ensino particular e cooperativo, depois de “um diálogo estabelecido” entre Belém e o Governo que deu origem a um “novo texto”.

“Tendo em conta a evolução verificada, que contempla de modo satisfatório as principais dúvidas que a versão inicial suscitara, entendeu o Presidente da República promulgar o diploma”, lê-se no comunicado divulgado do ‘site’ da Presidência da República.

Na nota é explicitado que, “em devido tempo”, a Presidência da República manifestou ao Governo “reservas quanto a algumas soluções contidas no diploma, remetido para promulgação” e que regula o apoio do Estado aos estabelecimentos do ensino particular e cooperativo.

“Na sequência de um diálogo estabelecido entre a Presidência da República e o Governo, foi possível encontrar um texto que, sem pôr em causa as opções políticas da exclusiva competência do Governo, acolhe com razoabilidade os princípios de estabilidade contratual e de confiança que devem estar presentes numa matéria de tão grande relevância”, lê-se no comunicado. - Fonte: Lusa e Gab. Imp. PSD

Miguel Macedo quer explicações sobre alterações nas chefias da Segurança Social

O líder parlamentar do PSD, Miguel Macedo, manifesta “muita estranheza” relativamente às alterações nas chefias da Segurança Social aprovadas pelo Governo e anunciou que vai chamar ao Parlamento para explicações a ministra do Trabalho, Helena André.

“Num momento em que é necessário tomar medidas para emagrecer o Estado saem estas quatro portarias que fazem com que a produção dos seus efeitos se inicie a Janeiro de 2010, um aspecto que nos causa muita estranheza, com significativos aumentos de cargos dirigentes de categoria”, disse.

Recorde-se que o Governo publicou na quinta-feira quatro portarias em “Diário da República” sobre as alterações de estatutos de quatro institutos da Segurança Social e a nova equiparação remuneratória dos seus cargos dirigentes.

“Nós não compreendemos esta situação (...) As portarias não são assinadas pela ministra, apenas pelo ministro das Finanças, o que não deixa de causar alguma estranheza. E, portanto, nos tempos que correm é absolutamente exigível que o Governo dê explicações sobre esta situação, que não entendemos”, sublinhou.

Afirmando não estar convencido com as explicações avançadas pelo Governo, o presidente do Grupo Parlamentar espera que esta situação “não seja o início de um percurso de tentar à pressa ocupar lugares para amigos, porque seria um péssimo sinal num momento em que vamos começar um ano muito difícil para todos os portugueses”.

“O que o governo ontem [quinta-feira] disse, numa explicação que confesso não ter percebido inteiramente, foi que esta reclassificação não teria nenhum efeito prático. O que o governo veio dizer aos portugueses – o que também acho espantoso – é que estas portarias são uma inutilidade. Então precisamos de saber porque é que o Governo está a legislar sobre inutilidades”, referiu.



Deputados questionam secretário de Estado da Energia



Os deputados do PSD, Almeida Henriques, Nuno Reis e António Leitão Amaro colocaram várias perguntas ao secretário de Estado da Energia e da Inovação relacionadas com as facturas de electricidade e energias renováveis.

Almeida Henriques, o primeiro deputado a intervir, começou por justificar o pedido de audiência do secretário de Estado com a recente petição, entregue na Assembleia da República pela DECO, que foi assinada por 170 mil pessoas. O deputado alerta que na base desta petição está a ideia de reduzir a parcela de Custos de Interesse Geral nas facturas de electricidade.

Almeida Henrique fez, de seguida, uma referência a uma das propostas que constam no plano com 50 medidas para a competitividade e emprego, questionando de que forma é que o executivo a vai compatibilizar com os Custos de Interesse Geral. O vice-presidente do Grupo Parlamentar do PSD quis ainda saber se o Governo está disponível para fazer um debate sério sobre esta matéria.

Seguiu-se a intervenção de Nuno Reis, que inquiriu o governante sobre quantos anos é que é expectável que os portugueses continuem a pagar o sobrecusto para as energias renováveis. Nuno Reis referiu-se ainda à medida do Governo de renegociação dos diversos factores da formação dos custos de energia.

Por fim, António Leitão Amaro indicou que há um custo financeiro importante em projectos de renováveis, que se deve apenas à taxa paga no licenciamento e que é afectada à receita geral do Estado. Segundo Leitão Amaro, esse custo financeiro vai aumentar o custo do projecto de renováveis e implicar uma subsídição, passando assim os consumidores a financiar o Estado.

Antonieta Guerreiro critica os preços de Internet praticados no interior algarvio

No último dia de trabalho parlamentar do ano de 2010, a deputada do PSD, Antonieta Guerreiro, enviou ao Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações um conjunto de perguntas relativas à utilização da Internet, nomeadamente, as assimetrias entre os produtos e os preços praticados entre o litoral e o interior algarvio.

Numa altura em que os investimentos nas redes de banda larga constituem um elemento fundamental do Plano de Relançamento da Economia Europeia, tendo a Comissão consagrado 1,02 mil milhões de euros, através do Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER), ao desenvolvimento da Internet de banda larga em zonas rurais.

Segundo Antonieta Guerreiro, verifica-se em Aljezur um mau serviço dos servidores da Internet. “Na nesga que atravessa o Algarve e que corre encostada ao Alentejo - de Aljezur a Alcoutim - as coisas essenciais, em termos de progresso, ficam sempre para o fim: são os últimos na cobertura da TV digital terrestre e são os últimos na velocidade Internet. Ao nível dos preços, também esta área do interior algarvio viu os seus preços duplicarem. Por exemplo, em Lisboa TV e Net100MB mais telefone custam 19.90 euros. Em Aljezur e na quase generalidade do território do município, TV e Net (2MB) - que raramente passa de 300KB mais telefone adquirem um valor superior a 60 euros”, denuncia Antonieta Guerreiro.

Para a deputada algarvia, é importante que o ministério responda se este “tem ou não conhecimento desta realidade, quando pretende o ministério fiscalizar as disparidades e as assimetrias existentes no País sobre esta matéria, vai ou não o ministério ajustar os preços destes produtos contribuindo para a redução de assimetrias entre o litoral e o interior”.

“Portugal precisa de Cavaco Silva”



A líder do PSD/Açores considera que Portugal “precisa muito” de Cavaco Silva, alegando que o candidato a Presidente da República e actual chefe de Estado “transmite uma imagem de credibilidade” do país para o exterior.

“Cavaco Silva é o homem de que Portugal precisa. No estado em que o país se encontra, precisa muito de alguém com o perfil, o conhecimento, a capacidade, o rigor e a isenção de Cavaco Silva”, afirmou Berta Cabral, na inauguração da sede regional da candidatura.

A líder social-democrata regional entende que o país está “em boas mãos” com Cavaco Silva como Presidente da República, por constituir “o garante e a referência da estabilidade de que necessitamos, pois Portugal está, mais do que nunca, numa situação em que precisa de ter pilares em que assente a sua política interna e externa”, assegurou.

Berta Cabral sublinha que, face a um governo “sem autoridade para pedir sacrifícios”, Cavaco Silva é a única pessoa com “credibilidade” para solicitar os esforços necessários à resolução da crise.

A presidente do PSD/Açores apelou ainda à mobilização dos açorianos para que votem nas próximas eleições presidenciais em Cavaco Silva, referindo que a abstenção é o “grande inimigo” da candidatura.

Já a mandatária regional da candidatura de Cavaco Silva, Maria do Céu Patrão Neves, recordou o empenho já demonstrado pelo candidato na valorização da autonomia. “Cavaco Silva não só valoriza a autonomia do arquipélago, como exemplo excelente de progresso económico e desenvolvimento social, como respeita integralmente os seus órgãos de governo próprio, no cumprimento escrupuloso da Constituição, e se revela sensível também às especificidades açorianas”, afirmou.

PSD quer explicações sobre construção de sala de desmancha



O PSD/Açores desafia o governo regional a revelar quando vai iniciar a construção da sala de desmancha e da unidade de incineração do matadouro de São Jorge, lembrando que a remodelação da infra-estrutura já dura há uma década.

“Em 2001, o governo começou a fazer uma remodelação no matadouro da ilha de São Jorge, que até hoje ainda não acabou. Anunciando pomposamente naquela altura que se iria criar uma verdadeira rede regional de abate”, afirmou o deputado social-democrata Mark Marques, em requerimento enviado à Assembleia Legislativa dos Açores.

O parlamentar do PSD/Açores lembrou também que, semanas antes das eleições legislativas regionais de 2008, “apareceu um grande ‘outdoor’ com propaganda enganosa [relativa à construção da sala de desmancha], porque passado o ato eleitoral o outdoor desapareceu, ficando apenas a estrutura”.

Mark Marques recordou ainda que, em Março de 2009, o conselho do governo aprovou uma resolução em que o executivo anunciava ir “desencadear os procedimentos necessários à execução do projecto de remodelação do matadouro de São Jorge, com o objectivo de aumentar a sua capacidade de frio, instalar uma sala de desmancha e uma estação de subprodutos com incineração, no valor de 2,5 milhões de euros”.

António Ventura defende “recolha de informação” sobre dificuldades na construção civil

O vereador do PSD na câmara de Angra do Heroísmo, António Ventura, defende que a autarquia deve “recolher informação” sobre as dificuldades das Pequenas e Médias Empresas (PME) de construção civil do concelho, assim como obter dados concretos sobre os salários em atraso no sector.

“Interessa acompanhar de perto esta situação, porque 2011 será um ano de agravamento da crise social e económica. Para mais, são cada vez mais os casos de trabalhadores e empreiteiros que procuram os vereadores do PSD, manifestando as suas dificuldades”, afirmou António Ventura, em reunião do executivo camarário.

O autarca social-democrata lamentou o “desconhecimento” sobre esta matéria e alertou para a necessidade de serem “estabelecidos contactos com a Inspeção Regional do Trabalho e a Câmara do Comércio de Angra do Heroísmo para se obterem dados relativamente aos salários em atraso e às dificuldades das empresas de construção civil”.

António Ventura salientou que “tudo o que se passa no concelho de Angra diz respeito à autarquia”, considerando que só assim “é possível governar para a verdadeira realidade do município, quer por iniciativa própria, quer como reivindicação perante outros níveis de poder”.



Reeleger Cavaco Silva no Domingo, 23 de Janeiro

Alberto João Jardim

Neste mês de Janeiro, os Portugueses serão chamados a eleger o Presidente da República. Domingo, dia 23.

O ano de 2011 será de grande intensidade eleitoral, pois em Outubro decorrerá o sufrágio regional que decidirá o futuro Presidente do Governo.

Para além de ainda haver a hipótese de a evolução do estado de coisas a que os socialistas trouxeram a República Portuguesa, acabar num desfecho de também acontecer eleições para a Assembleia da República, para um novo Governo no Estado português, mesmo antes das eleições regionais.

Isto significa um ano de muito trabalho político para os autonomistas sociais-democratas madeirenses.

Representa um ano do habitual e afincado “um por todos, todos por um”, empenho assumido que tem sido a base para a evolução de sucesso no arquipélago, decorrente das nossas bem conseguidas vitórias eleitorais sucessivas.

E que tem de começar já, tipo “afinar da máquina”, nestas eleições para a Presidência da República.

Em Democracia, a hora da Verdade são as urnas de voto. Identificada gente do mais inqualificável sociocultural que a Madeira infelizmente alberga, podem-nos insultar, difamar e tentar destruir.

O Povo Madeirense, na sua Sabedoria e Valores de séculos, não se deixa enganar e sabe o que pretende fazer de nós, a coligação dos interesses sinistros que vão da “Madeira Velha” e da maçonaria, aos socialistas e aos comunistas.

O Povo Madeirense sabe dar a resposta democrática e repor a Verdade, na superior paz cívica das mesas de voto.

E tal é bastante necessário, quando os inimigos da Autonomia Política da Madeira e do nosso Desenvolvimento Integral, cumpliciaram, por cá, aqueles que em Lisboa arrastaram o País para a presente situação. Com consequências graves também para um Povo Madeirense que, na sua grande maioria, nunca concordou com os caminhos por onde a República Portuguesa escolheu andar e anda.

Ou resistimos, ou somos engolidos pela actual onda de desastre que teve e tem o apoio dos nossos adversários.

O primeiro empenho entusiástico e mobilizador deve ser já nas eleições presidenciais. Até para começar a marcar terreno para os sufrágios que se seguirão.

Os autonomistas sociais-democratas da Madeira apoiam a reeleição do actual Presidente da República, Professor Cavaco Silva.

Sou testemunha de que no seu primeiro mandato que agora finda, o Professor Cavaco Silva interveio muitas vezes em defesa dos Direitos do Povo Madeirense.

Por exemplo, vetou uma lei dos socialistas que visava acabar com a liberdade de imprensa na Madeira, que visava pôr termo ao pluralismo de Informação na nossa terra.

São incontáveis as vezes que actuou junto do Governo socialista, no sentido de procurar travar os abusos deles sobre o Povo Madeirense ou de tentar modificar medidas persecutórias ou incompetentes sobre nós lançadas.

Não esqueço como furou sempre o ostracismo político-administrativo e de visibilidade que os socialistas arremessavam contra a Região Autónoma.

Cavaco Silva, apesar de não ter poderes governa-



mentais no nosso sistema constitucional, agiu sempre em nossa defesa, até onde a Constituição O deixava.

E se Portugal está como está, foi porque as suas recomendações ao Governo socialista e aos Partidos políticos, legítimas dado o seu Magistério de Influência, não foram devidamente ouvidas e atendidas, antes pelo contrário.

Até Lhe mentiram!

Nem se O pode acusar de ter promulgado leis que não caíram bem aos sentimentos de muitos Portugueses.

É que, conforme a Constituição da República Portuguesa, mesmo que o Presidente recuse assinar uma lei da Assembleia da República, este órgão de Estado pode voltar a aprová-la em segunda votação e, aí, o Presidente já não pode deixar de Lhe pôr a assinatura, ainda que constringido.

Na situação em que Portugal se encontra, Cavaco Silva, assim limitado pela Constituição, teve o bom senso de não alimentar conflitos desta forma condenados ao insucesso. Preferiu manter uma legitimidade responsável e serena para continuar a intervir no espaço que Lhe é constitucionalmente permitido, garantindo assim um prestígio e uma autoridade ética para, acima dos confrontos, continuar a ser a voz portuguesa que ainda é ouvida em Portugal e no estrangeiro, com o respeito e a credibilidade de que o País tanto necessita.

No fosso em que os socialistas mergulharam Portugal, para ainda ter Esperança em dias melhores o Povo tem de agarrar, solidarizar, manter, Quem ainda constitui uma referência de integridade, de coerência, de patriotismo e de capacidade.

É o caso de Cavaco Silva. Não podemos esquecer que o único período depois do 25 de Abril, em que Portugal técnica e efectivamente teve crescimento económico,

foram os dez anos em que o actual Presidente da República foi Primeiro-Ministro.

Comprovam-no a documentação nacional e da União Europeia.

Quase todos os Portugueses lembram-se do que foram então os avanços do País, nomeadamente de ordem e efeitos sociais.

Cavaco é a referência que resta.

Para nos agarrarmos em regime democrático.

Para estarmos seguros do que terá forçosamente de acontecer nos próximos anos, pois os Portugueses não podem continuar a ver a vida sempre a Lhes andar para trás.

Nem sequer há qualquer alternativa minimamente capaz, nas restantes candidaturas.

Não há alguém à altura de Cavaco Silva.

Só porque os Portugueses pagam as consequências de terem eleito uma minoria socialista, maior do que as restantes minorias, só pelas actuais consequências trágicas que os Portugueses sofrem por isso, é que nem há pachorra para fazer humor com o folclorismo das restantes candidaturas à Presidência da República.

Nenhuma delas pode ser levada a sério.

Muito menos nas presentes dificuldades nacionais.

Vamos, pois, começar bem o ano político, trabalhando pela reeleição do Presidente Cavaco Silva.

É esta, a única solução que interessa ao Povo Madeirense.

Com qualquer dos outros... haveria de ser bonito!...

E então nesta situação a que os socialistas e os seus cúmplices trouxeram Portugal!...

Arouca

Governo falha promessa de construção da 2.ª fase da via Arouca-Feira

O PSD de Arouca responsabiliza todos os governantes socialistas e, em especial, o primeiro-ministro José Sócrates, por não avançar com a construção da 2.ª fase da via estruturante Arouca-Feira. Além disso, de acordo com a comissão política local, a responsabilidade recai ainda sobre o presidente de Câmara, que revela “nula capacidade de influência política”, procurando “num exercício primário de ‘fuga para a frente’”, a vitimização.

O PSD de Arouca exorta, por isso, o poder central para que garanta a realização da obra, e manifesta “toda a disponibilidade de parceria com todos os agentes políticos e com a sociedade civil arouquense para lutar abnegadamente por uma obra mais do que justa e necessária, verdadeiramente estruturante para o município de Arouca”.



Algarve

Mendes Bota atende eleitores no dia 8 de Janeiro



Atendendo que o primeiro sábado de Janeiro coincidiu com o primeiro dia do ano, a sessão de atendimento de eleitores pelo deputado Mendes Bota ocorrerá no próximo dia 8 de Janeiro de 2010, entre as 11h00 e as 13h00, nas instalações do PSD de Loulé (Rua Dr. Francisco Sá Carneiro, n.º 1).

Esta será a terceira sessão de atendimento de público. Nas duas primeiras sessões, ocorridas a 6 de Novembro e a 4 de Dezembro, foram ultrapassadas todas as expectativas, de afluência de cidadãos, que quiseram expor os seus problemas, nomeadamente situações laborais, obras públicas, problemas de licenciamento, queixas no Tribunal Europeu de Direitos do Homem, questões burocráticas, preocupações ambientais e culturais, política partidária, assuntos constitucionais e pescas.

Mendes Bota definiu previamente o escopo destas iniciativas: “é a oportunidade dada a quem o deseje contactar, de forma directa, para expor assuntos que se enquadrem na esfera de actividades e de competências fiscalizadoras e legislativas da Assembleia da República”.

Aveiro

Câmara aprova Plano Municipal de Emergência

A Câmara Municipal de Aveiro aprovou, por unanimidade, no passado dia 22 de Dezembro, o Plano Municipal de Emergência, acolhendo contributos da Marinha, Exército, GNR, Gabinete Técnico Florestal, Lusitânia Gás e EDP, na qualidade de entidades que compõem a Comissão Municipal de Protecção Civil. Foi, igualmente, aprovado o regulamento que contém todas as regras de funcionamento da Comissão.

Segundo o presidente da Comissão Municipal da Protecção Civil, Miguel Soares Fernandes, “a versão final do Plano de Emergência é fruto do trabalho técnico do Serviço Municipal de Protecção Civil e da participação activa e o contributo democrático de todos os organismos que compõem a Comissão Municipal, tornando possível a sua actualização e adequação ao novo quadro legal e às orientações e directivas técnicas da Autoridade Nacional da Protecção Civil”.

O autarca revelou que “o município de Aveiro se encontra dotado de um instrumento vital para a execução das políticas de protecção civil e para a activação de meios necessários ao desenvolvimento das acções de socorro e assistência, em caso de catástrofes ou acidentes graves ocorridos no território concelhio.”

O passo seguinte será a remessa do Plano Municipal de Emergência à Comissão Nacional de Protecção Civil, a fim de ser submetido à aprovação nacional. De referir ainda que o conteúdo do Plano Municipal de Emergência será expedido posteriormente à Assembleia Municipal e às demais entidades oficiais para conhecimento final.





Lições do caso BPN

Francisco Jaime Quesado (*)

O caso BPN volta a estar na primeira linha da actualidade. A situação complica-se de dia para dia e a necessidade de intervenção do estado volta a colocar-se de novo. Num tempo de mudança, em que só sobrevive quem é capaz de antecipar as expectativas do mercado e de gerir em rede, numa lógica de competitividade aberta, a questão volta a colocar-se e pergunta-se se cabe de facto ao Estado o papel de intervenção activa no combate à crise ou se pelo contrário não caberá à Sociedade Civil a tarefa de reinvenção de um novo modelo de criação colectiva de valor centrado na participação e criatividade individual.

Num mundo de incertezas, em última instância, será que há de facto respostas para as perguntas que cada vez mais preocupam os portugueses? Será que o Estado deve continuar a intervir no BPN?

As recentes medidas anunciadas pelo executivo como resposta à crise vieram colocar o dedo na ferida. A gestão de expectativas é hoje fundamental e quando se começaram a agudizar os sinais de falta de controlo na gestão operacional das contas públicas criou-se o imperativo da necessidade da intervenção. O Estado assumiu a condução do processo, para evitar a contaminação do sistema e a geração de riscos sistémicos com consequências incontroláveis, mas as dúvidas mantiveram-se em muitos quanto à existência de soluções alternativas mais condicentes com o funcionamento das regras do mercado. Em muitas das situações a que estamos a assistir o que está em causa é a demonstração de que de facto neste mundo globalizado as elites detentoras da inteligência da gestão do capital perderam por completo o sentido da ética social própria de uma democracia aberta e justa.

O ano de 2011 vai ser particularmente relevante para Portugal. Está em cima da mesa, no contexto da consolidação do processo de integração europeia, a capacidade de o nosso país conseguir efectivamente apresentar um Modelo de Desenvolvimento Estratégico sustentado para o futuro. Da mesma forma que a maior democracia do mundo teve a coragem de eleger Barack Obama e com isso assumir a inevitabilidade do seu processo de reinvenção estratégica, também em Portugal sinais inequívocos de mudança têm que ser dados. Em tempo de crise, a situação do BPN vem uma vez mais demonstrar que existe no nosso país uma "minoría silenciosa" que de há anos a esta parte mantém o status quo do sistema paralisado e a pretexto de falsas dinâmicas de renovação social e reconversão económica tenta reencontrar o caminho do futuro com as mesmas soluções do passado impensáveis num contexto de mudança como aquele que vivemos.

As perguntas que os portugueses lançam, a propósito da Intervenção do Estado num contexto de crise em tempo de globalização, correspondem sem dúvida a um sentimento colectivo de uma nova geração que cresceu e amadureceu numa sociedade aberta onde a força das ideias é central para o desenvolvimento da responsabilidade individual num quadro colectivo.

A nova geração que ganhou dimensão global através da força dos instrumentos da Sociedade da Informação acredita na felicidade e na justiça humana mas à custa duma adequada aposta na criatividade individual e no reconhecimento do mérito na criação de valor. Por isso, importa que se construam novas ideias que apresentem uma solução diferente para os próximos tempos do país. Precisamos de facto de um sentido de urgência na definição de um novo paradigma de organização em sociedade e de integração no mundo global. A oportunidade existe. Mas importa que haja respostas concretas.

(*) Economista



A sombra da falsidade

João César das Neves (*)

Os últimos anos trouxeram um traço original à nossa realidade política. Pela primeira vez há muitas décadas, o País vê-se a viver debaixo de um manto de suspeitas, enganos, falsidades.

A vida política sempre teve proverbiais problemas com a verdade, pior numa sociedade mediática. Mas se uma certa ilusão e encenação fazem parte do saudável confronto parlamentar, existem épocas de distorção inaceitável, mesmo em sociedades civilizadas. O caso clássico é a presidência de Richard Nixon, cujo estilo e esquemas marcaram um período conturbado da fogosa democracia americana. Hoje vive-se situação semelhante em Portugal.

Desde 1974 a democracia sofreu fases muito diferentes, algumas difíceis e incertas. Mas nunca se viveu um clima de desconfiança e embuste como actualmente. Se tal situação não pode ser atribuível a uma pessoa, é verdade que, como a Nixon, cabe a José Sócrates o papel central de responsável, inspirador e maestro desse ambiente. Trata-se, não tanto de um esquema consciente e organizado, mas de uma segunda natureza instintiva e automática.

As provas, hoje esmagadoras, tiveram sintomas desde o princípio. Apesar da pose inicial de estadista reformador, Sócrates viu-se logo envolvido num espectacular ardid para fugir da solene promessa eleitoral de não aumentar impostos. A surpresa indignada perante o que todos sabiam, o nível do défice, e a comissão técnica justificativa da cambalhota foram criações magistras no género.

Este foi apenas o primeiro episódio de longa novela de ficções e patranhas. As questões financeiras permaneceram tema favorito, até ao rosário do PEC de 2010. A descarada desorçamentação e contabilidade criativa para sustentar projectos favoritos, como energias renováveis, distribuição de computadores e outros devaneios, escondem pesadíssimos compromissos sobre o futuro. Sobretudo as parcerias público-privadas, em que se apostou como nenhum governo do mundo, representam uma bomba de relógio fiscal que ultrapassa toda a nossa multissecular história de desregramento.

Nem só de dinheiros viveu a aldrabice.

Todos os campos da vida nacional estiveram, mais ou menos, debaixo da sombra da falsidade. Das graves acusações na sua vida pessoal às supostas reformas corajosas que não mudavam nada, foram cinco anos de encenações, enredos e miragens. Claro que se tomaram medidas importante e foram feitas mudanças estruturais. Mas até essas tinham de vir sempre envolvidas em pretensões exageradas e roupagens fantásticas.

Nas questões fracturantes, prioridade irresponsável deste executivo, foram realizados prodígios de prestidigitação. Afirmando-se sempre um político equilibrado, moderno e conciliador, Sócrates enveredou impudente mente pelo partido mais extremista, palpavelmente feliz por conseguir tal ilusionismo diante do País embaçado.

É muito curioso que, nas várias suspeitas que surgiram relativamente a aspectos da sua história pessoal e política, o senhor Primeiro-Ministro tenha adoptado sempre a posição oposta à canónica. Os políticos acusados de fraudes ou tropelias costumam afirmar-se ansiosos que a questão vá a tribunal para que a verdade vença. Sócrates, nunca abandonando uma posição de negação indignada, fez sempre tudo para evitar o esclarecimento jurídico.

Este comportamento na cúpula ressentiu-se em todos os níveis da vida nacional. Portugal habituou-se a ver publicamente as contínuas e sistemáticas práticas de sobrepor à realidade um filtro distorcido, empregar expedientes oportunistas de manipulação, negar a evidência mais patente. A verdade desaparece sempre debaixo dos fumos da conveniência. Agora a crise faz a impostura descer a canalhice.

É bom não exagerar o significado desta realidade. Embora indiscutivelmente grave e nocivo, este novo estilo político nada tem a ver com as misérias de há cem anos. Além disso o repúdio generalizado pelo consulado de Sócrates terá consequências futuras. Como Nixon, ele ficará na história como hiato triste e aviso solene. Felizmente José Sócrates não representa a política lusa.

(*) Economista, Professor Universitário, Cronista©DN (naohalmocosgratis@fcee.ucp.pt)

Mensagem atribuída a José Sócrates...

Alberto Gonçalves (*)

Toda a gente conhece as mensagens atribuídas a Bin Laden, por norma gravadas em vídeo ou áudio de péssima qualidade em cavernas de qualidade pouco superior. De vez em quando é divulgada uma mensagem dessas, onde o psicopata mais popular da luta islâmica exalta o Profeta do costume e ameaça os infiéis do costume. A lengalenga dos registos é tão semelhante que custa perceber se os desabafos de Bin Laden são recentes ou foram proferidos em 1979. Para alguns, é igualmente difícil apurar se os desabafos são de Bin Laden ou de qualquer actor amador que, provido das rodilhas, da barba e da sujidade adequadas, obtém o aspecto de faquir necessário à função. Assim, cada tentativa de prova de vida da criatura acaba por surtir o efeito perverso de lançar dúvidas sobre o respectivo estado: Bin Laden ainda vive? Bin Laden terá sequer existido?

Vem isto a propósito da mensagem de Natal do primeiro-ministro. É verdade que as suas aparições nunca ocorrem em cavernas e que a qualidade dos meios técnicos é inquestionável. O enigma está na retórica. O eng. Sócrates detecta sinais de recuperação económica em Portugal. O eng. Sócrates sabe que a crise é internacional e a maior das últimas oito décadas. Apesar da crise, o eng. Sócrates encontra-se optimista. O eng. Sócrates não recua perante as adversidades. O eng. Sócrates possui energia interior. O eng. Sócrates aposta nas energias renováveis. O eng. Sócrates mudou o País. O eng. Sócrates é fanático da Educação. O eng. Sócrates é Reformista. O eng. Sócrates é nosso amigo. O eng. Sócrates é solidário. O eng. Sócrates é confiante. O eng. Sócrates é responsável. O eng. Sócrates é exigente. O eng. Sócrates é consciente.

Esta torrente de banalidades, anedotas, delírios, alívios, sentimentalismo e descaramento foi emitida no dia 25 de Dezembro, mas podia tê-lo sido na semana, no mês ou no ano anterior. A bem dizer, desde 2008 que, na época natalícia ou na época que calha, o homem não diz coisa diferente. E embora, (como os sequestrados que levantam o jornal do dia para confirmar a data da fotografia), o eng. Sócrates tenha mencionado pormenores e proezas recentes, isso qualquer truque de montagem explica.

Truques à parte, eis um mistério: por um lado, o carácter intemporal e absurdo das proclamações do eng. Sócrates sugere que ele já não partilha a realidade connosco; por outro, o estado calamitoso dessa realidade sugere que ele não deve andar longe. As ruínas que ele não parece habitar, exibem a sua marca inconfundível. Se o eng. Sócrates não existe, terá de ser imaginado.

(*) Cronista©DN



Austeridade?

Ricardo Rio (*)

A pergunta fazia a manchete da capa da última edição do Semanário "Sol" que, abaixo, avançava com quatro possíveis respostas, evocando os honorários pagos pela Portugal Telecom ao seu administrador Rui Pedro Soares, os subsídios compensatórios do Governo Regional dos Açores aos funcionários públicos do Arquipélago, a intenção da RAVE avançar com a obra do TGV e o custo dos acessos ao novo Hospital de Braga.

No primeiro caso, o tiro parece-nos deslocado. As milionárias retribuições pagas por uma empresa privada a um seu Administrador, independentemente de este ser um destacado militante socialista sem carreira de registo, a ascensão meteórica deste na empresa e as regalias de que usufrui após o seu "emprateamento" no pós-processo Face Oculta, não são questões que contendam com a austeridade pública, especialmente se esquecermos o seu eventual envolvimento na concretização do pequeno-almoço [entre Figo e José Sócrates] mais caro dos tempos modernos.

Antes, poderão ser mesmo a base para um qualquer argumento de um filme cor-de-rosa sobre a forma como o "sonho americano" também se transforma em realidade em Portugal.

Bem pelo contrário, as três restantes situações invocadas são bastante mais delicadas do ponto de vista da adopção de políticas de austeridade no sector público.

Isto porque, sabendo-se da dureza das medidas que foram e serão aplicadas neste contexto, a sua aceitação requer que sejam cumpridos alguns requisitos, relativos à sua coerência, ao seu equilíbrio e justiça e à sua credibilidade.

Tal como já havia acontecido em relação à discussão sobre se a incidência dos cortes dos vencimentos dos funcionários públicos se alargava ao sector empresarial do Estado, a possibilidade de os funcionários públicos dos Açores serem compensados pelo corte de vencimentos decidido pelo Governo rompe com as mais elementares regras do bom senso.

Entre os dois casos, há, porém, uma ligeira diferença: enquanto na primeira situação se admitia que certas franjas do sector empresarial do Estado pudessem não estar directamente abrangidas pelo corte médio de 5% decretado pelo Governo, os funcionários públicos Açorianos poderão passar incólumes a esta medida graças à atribuição de um subsídio extraordinário por parte do Governo Regional.

O Presidente do Governo Regional dos Açores procurou justificar a medida com motivações de natureza económica e social – a intenção de manter o poder de compra a cerca de 3.700 funcionários que pertencem à classe média baixa local -, e até argumentou que a mesma não originava um aumento de encargos mas traduzia apenas uma alteração das prioridades da despesa pública Regional.

Todavia, a mesma contribui para a erosão do tal sentimento de equidade e justiça entre os funcionários da administração pública e levanta legítimas dúvidas sobre a razoabilidade das verbas transferidas para o Governo Regional dos Açores (claramente favorecido aquando da última Lei das Finanças Regionais do Governo Sócrates).

Em última análise, a iniciativa de Carlos César poderá apenas ser lida como mais um dos actos de revolta que vão grassando no seio do Partido Socialista contra a governação de José Sócrates. Ainda assim, pela leitura "nacional" desta iniciativa, exige-se que a mesma não seja apenas escrutinada pela via legal.

Relativamente às duas notícias que envolvem obras públicas, de valores claramente distintos mas com sintomas idênticos de despesismo, as mesmas ameaçam sobretudo a componente da coerência e credibilidade da política de austeridade.

Por um lado, refere-se que a RAVE (Empresa responsável pela Rede de Alta Velocidade) está a dar sequência ao processo que envolve o Concurso Público para a construção do troço Poceirão-Caia, que faz parte da linha Lisboa-Madrid do TGV, mesmo sabendo-se que um dos pressupostos do acordo alcançado para a viabilização do Orçamento consiste na reavaliação destes investimentos.

Prossegue assim no terreno a disputa inter-ministerial que se vem arrastando ao longo de todo este mandato, entre alguma tentativa de racionalidade financeira incutida pelo Ministro das Finanças e a deslocada ambição fontista do Ministério das Obras Públicas.

Em Braga, um quilómetro de estrada que vai garantir o acesso ao novo Hospital Central – a inaugurar em Maio de 2011 – reveste-se de várias particularidades.

Em primeiro lugar, com um valor global de 8,2 milhões de Euros, este acesso entra seguramente no ranking do maior custo por quilómetro das estradas do País.

Por outro lado, não está sequer assegurado que o mesmo esteja concluído antes da data prevista para a abertura do Hospital.

Em terceiro lugar, não deixa de ser estranho que um acesso previsto desde a data de lançamento do concurso do Hospital (em 2005) tenha de ser adjudicado por ajuste directo a escassos meses da conclusão da obra do referido equipamento. E que, para cúmulo, os últimos meses deste atraso tenham resultado da incúria da Câmara Municipal na protecção de um Monumento Nacional visado pelo projecto inicial do acesso.

Como dizia Ernâni Lopes há cerca de um ano, em Portugal "faltam ideias, verdade, força, lucidez, substância, garra e densidade política nas medidas económicas", evidenciando-se "uma incapacidade de concretizar o que tinha sido programado e um desempenho muito fraco".

Daí que, concluísse o ex-Ministro das Finanças "Portugal auto-limitou-se e enganou-se a si próprio", sugerindo que "nos últimos dez anos, a sociedade foi iludida por promessas políticas irrealistas e não concretizáveis" e assegurando que "Portugal tem mostrado uma leitura fantasiosa da realidade económica, sem rasgo para o futuro, numa atitude interesseira e egoísta, vazia de substância, sem horizonte e sem nobreza".

Ernâni Lopes, uma personalidade de perfil austero mas de uma imensa credibilidade, parte no final de uma "década perdida e historicamente inaceitável" para o País por que sempre lutou.

(*) Economista e vereador da Câmara de Braga



Fúria centralizadora

Marco António Costa (*)

A possibilidade de a gestão dos transportes colectivos de Lisboa e do Porto vir a ser centralizada, noticiada pelo semanário “Grande Porto” na passada sexta-feira, faz parte de uma dinâmica centralizadora do Governo socialista que vai ao arrepio de qualquer lógica plural e de coesão no que devia ser o esforço de reequilíbrio do País.

Na mesma linha que leva à concentração na capital das administrações dos teatros nacionais ou dos portos de mar, a política de sucção dos centros de decisão pública para o Terreiro do Paço acentua a macrocefalia do nosso Estado e desampara de serviços públicos todo o território nacional que, deste modo, não pára o seu processo de desertificação. Ao mesmo tempo, eleva ainda mais a pressão urbanística e social de que Lisboa já sofre e que todos os dias se reforça por força do aumento da migração de novos contingentes em busca da ocupação que rareia na maior parte de Portugal.

No caso da STCP e do Metro do Porto, seja qual for o modelo de reestruturação em causa, desde já o processo fica marcado por um completo desprezo pelo Poder Local. No caso do transporte metropolitano, as autarquias locais detêm 49 por cento do seu capital social e nem assim o Governo se deu ao trabalho de as informar das suas intenções ou do que poderá acontecer à sua participação. Soube-se que está constituído um grupo de trabalho para apresentar propostas sobre o futuro modelo de gestão até 15 de Janeiro sem que as autarquias nele estejam representadas directamente.

Num assunto tão importante e delicado como são os transportes colectivos urbanos as câmaras do Porto, Vila Nova de Gaia, Matosinhos, Maia ou Gondomar não deveriam ser ouvidas? Ou as da Área Metropolitana de Lisboa?

A racionalização de custos ou a procura de uma maior eficiência na gestão dos recursos, que naturalmente o PSD apoia, não se pode confundir com esta fúria irracional de concentração de competências na capital. Retirar das cidades e das regiões quadros e capacidade de decisão apenas faz diminuir massa crítica local e dificilmente fará decrescer custos, pelo menos de modo significativo.

É tempo de o Governo repensar a sua política territorial. Concentrar recursos e a gestão de equipamentos não significa poupança automática. Por outro lado, retirar quadros e competências de determinada cidade ou região implica desde logo a depauperação local com óbvios reflexos económicos.

Já agora, uma sugestão: quando se demonstrarem relevantes a diminuição de custos e o ganho de eficiência da gestão concentrada, deixem-na ficar fora de Lisboa. Porque é que a gestão dos portos ou dos transportes colectivos urbanos não poderá ficar em Sines ou no Porto? Seria uma maneira de o Governo mostrar que é sério quando fala de desconcentração.

(*) Vice-Presidente da Comissão Política Nacional do PSD

Finalmente, alguém tem coragem!

Com as mais cordiais saudações, congratulo-me que finalmente haja alguém que tenha a coragem de responsabiliza aqueles que na execução de cargos públicos façam uso indevido dos bens Públicos.

É triste que venham dizer que ficam “perplexos” por o Presidente do PSD ter tido a coragem de dizer o que o comum cidadão pensa.

As pessoas, especialmente ligadas ao PS, tem memória curta mas das vezes que o País entrou em crise foi sempre em (des) Governos PS. Ainda tenho em memória o terem retirado parte do subsídio de Natal para salvar o País da bancarrota.

Os meus Parabéns ao PSD; e continuem com o bom trabalho. Não se assustem, pois a população em geral está com vocês.

Mário Cavaco

Para a credibilidade dos Políticos, a receita de Passos Coelho!

Uma sugestão, para a credibilidade dos Políticos (visto já terem pouca): sugiro, em linha com as opiniões do Dr. Passos Coelho, que devia constar na Constituição que qualquer governo no fim do seu mandato devia ser avaliado o seu desempenho por uma entidade independente e caso se verificasse que as decisões Políticas tomadas tinha causado dano doloso financeiro, para o País, deveriam responder criminalmente pelos seus actos e decisões, e restituírem monetariamente (como os empresários individuais) esse dinheiro ao Estado.

Se esta norma constasse na Constituição penso que acabava o aproveitamento, incompetência da classe Política e só vinha credibilizar os Bons Políticos (honestos) que acredito que existem. Presentemente os Políticos podem afundar um País e

só são penalizados nas urnas (e mesmo assim, após a derrota, ainda conseguem cargos relevantes na ONU, OCDE, etc.).

O Dr. Passos Coelho vem de uma nova geração e espero que fique na história de Portugal como a Pessoa que ao fim de 35 anos de “liberdade” acabe com a pouca vergonha a que este País chegou. Veja como a Justiça funciona nos EUA...

João Carlos Fevereiro

Intervenção de Deputados do PSD

Agradeço e felicito-vos pelas intervenções dos Deputados do PSD na última reunião da Comissão de Educação e Ciência.

Lamento a prepotência cega dos representantes do Governo, particularmente do Sr. Secretário de Estado e pergunto: o que é que temos de fazer, com urgência, para tirar essa gente da governação do país?

Luís Oliveira

A alternativa imperativa

É do conhecimento geral o período difícil que se atravessa, a mudança é imperativa e a alternativa é inequívoca e tem nome: é PPC - Pedro Passos Coelho!

Numa altura em que o voluntariado é uma forma de ajudar à contenção de despesas, não posso deixar de dar o meu contributo, neste caso, para o PSD nas suas acções, o que não deixa de ser um contributo também para o País, já que a urgência de ter alguém esclarecido no poder se impõe! PPC!

Aqui fica a minha disponibilidade para contribuir activamente para esta mudança!

Carla Coimbra

Presidente da JSD/Seixal tece severas críticas à democraticidade da Assembleia de Freguesia



No dia 29 de Dezembro de 2010, em Assembleia de Freguesia Ordinária do Seixal, o único eleito do PSD e Presidente da JSD do Seixal, Pedro Sousa, fez um balanço do primeiro ano de mandato como membro eleito, bem como uma reflexão do trabalho desenvolvido pela Assembleia, onde teceu duras críticas à bancada da CDU face à ausência de respeito pelo trabalho da oposição: «Com a conclusão do primeiro ano de mandato, e não obstante o respeito e as boas relações institucionais que mantém com todos os membros da Assembleia e da Junta de Freguesia do Seixal, é com bastante pesar que o PSD faz um balanço de total não cooperação por parte dos eleitos da maioria vigente na persecução de uma melhoria efectiva da qualidade de vida no Seixal».

Pedro Sousa salientou que em «todas as moções apresentadas por outras forças políticas, a CDU, através dos seus eleitos, manteve uma postura de total incapacidade de aceitar opiniões que não as suas, chumbando em bloco todas as propostas apresentadas, muitas vezes sem uma discussão relevante das mesmas, independentemente do tema focado e facilidade de execução das propostas».

Num registo introspectivo, o eleito pelo PSD, referiu que, no decorrer do ano, o PSD apresentou em Assembleia um conjunto de «propostas viáveis, exequíveis» e transversais nos temas abordados, focando desde políticas de ambiente, energéticas, políticas de segurança a políticas de juventude. Sublinhou, ainda, tratarem-se de propostas com «noção real das competências inerentes à mesma» (Assembleia de Freguesia).

O autarca afirmou, durante o seu mandato, ter alertado «para o não funcionamento das comissões estabelecidas», mostrando-se sempre disponível para trabalhar nas mesmas a par com os outros eleitos.

Justificou a aprovação do Orçamento de Freguesia como um acto de legitimação dos programas sufragados, considerando a votação do Orçamento por parte do PSD uma acção tomada com «consciência cívica, espírito crítico e respeito pelos ideais alheios», pois, só assim, «a democracia pode funcionar em pleno».

Pedro Sousa afirmou ter esperança que, não obstante os consecutivos chumbos, «as propostas apresentadas acabem por ser aproveitadas pelo Executivo, à semelhança do que aconteceu em Assembleia Municipal com a proposta do PSD de criar um conjunto de bolsas de estudo que, após reprovação da maioria CDU, foi, mais tarde, posta em prática como ideia própria».

O Presidente recém-eleito da JSD Seixal finalizou a sua intervenção referindo que, apesar das contrariedades, o PSD «compromete-se a não desistir de apresentar e defender as suas ideias, independentemente da premissa de reprovação antes mesmo de serem apresentadas, pois este tipo de atitudes são catalisadoras de um espírito de compromisso que o PSD assume perante o Seixal». – JSD/CPS Seixal

PovoLivre

convocatórias

CONVOCATÓRIAS DO PSD

Recepção

Terça-feira até 12h00

Para: Fax: 21 3973168

email: convocatorias@psd.pt



ABRANTES ALTERAÇÃO DE DATA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Abrantes, para reunir no próximo dia 15 de Janeiro, de 2011 (sábado), pelas 21H00 na sede concelhia, sita na Rua de São Pedro, nº 12, 1º, com a seguinte:

Ordem de trabalhos

Pontos único - Análise da situação política concelhia

CHAVES

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Chaves, para reunir no próximo dia 14 de Janeiro, de 2011 (sexta-feira), pelas 21H00 na sede concelhia, sita na Rua Tenente Valadim, nº 47, com a seguinte:

Ordem de trabalhos

1 - Aprovação do relatório de contas da Secção relativas a 2010

2 - Análise da situação política

3 - Outros assuntos

ESPOSENDE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Esposende, para reunir no próximo dia 17 de Janeiro, de 2011 (segunda-feira), pelas 21H00 na sede concelhia, sita no Largo Dr. Fonseca Lima, com a seguinte:

Ordem de trabalhos

1 - Informações

2 - Apreciação e votação do orçamento da CPS para 2011

3 - Apreciação e votação das contas da CPS de 2010

4 - Eleições presidenciais

5 - Análise da situação política e partidária

6 - Outros assuntos

FAFE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Fafe, para reunir no próximo dia 15 de Janeiro, de 2011 (sábado), pelas 16H00 na sede concelhia, sita na Praça 25 de Abril, com a seguinte:

Ordem de trabalhos

1 - Análise da situação político-partidária

2 - Apreciação da actuação da Comissão Política de Secção

3 - Apreciação e votação da Moção de Estratégia da Comissão Política

4 - Outros assuntos de interesse

LOUSÃ

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia da Secção da Lousã, para reunir no próximo dia 05 de Fevereiro de 2011 (Sábado) pelas 17h00 na sede sita na Rua Dr. Pires de Carvalho com a seguinte

Ordem de trabalhos

Ponto único - Eleição dos Órgãos da Comissão Política Concelhia para o biênio 2011/2013

Nota

- As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa, ou a quem estatutariamente o possa substituir, na Sede da Secção, até as 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

- As Urnas estarão abertas entre as 17h00 e as 21h00

MURTOSA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção da Murtosa, para reunir no próximo dia 11 de Fevereiro de 2011, (sexta-feira), pelas 19h00, na Sede, sita na Avenida 29 de Outubro nº 12, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único - Eleição da Mesa da Assembleia e da Comissão Política de Secção.

Nota:

- As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa ou a quem estatutariamente o possa substituir até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral

- As urnas estarão abertas das 19h00 às 22h00.

PORTALEGRE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia da Secção de Portalegre, para reunir no próximo dia 07 de Janeiro de 2011 (Sexta-feira) pelas 20h30 na sede distrital, sita na Rua Combatentes da Grande Guerra, 17, com a seguinte

Ordem de trabalhos

1 - Informações

2 - Análise da situação política partidária

PONTE DE LIMA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia da Secção de Ponte de Lima para reunir no próximo dia 28 de Janeiro de 2011 (Sexta-feira) pelas 21h00 na sede sita no Largo Dr. Vieira de Araújo, com a seguinte

Ordem de trabalhos

1 - Informações

2 - Acção Social

3 - Análise da situação política nacional e local

VAGOS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Vagos, para reunir no próximo dia 11 de Fevereiro de 2011, (sexta-feira), pelas 17h00, na Sede do PSD, sita na Rua Cândido dos Reis, nº 440, R/C Direito, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

Ponto único - Eleição da Mesa da Assembleia e da Comissão Política de Secção.

Nota:

- As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa ou a quem o substitua estatutariamente até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral (dia 8 de Fevereiro de 2011). A sede encontrar-se-á aberta entre as 21h00 e as 24h00.

- As urnas estarão abertas das 17h00 às 23h00.

VILA REAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Vila Real, para reunir no próximo dia 12 de Janeiro, de 2011 (sexta-feira), pelas 21h00 na sede, sita na Rua da Boavista, nº 11, com a seguinte:

Ordem de trabalhos

1 - Apreçar e deliberar sobre as contas de 2010 (artº 50º, nº2 al. d))

2 - Apreçar e deliberar sobre o orçamento para 2011 (artº 50º, nº2 al. d))

3 - Eleições presidenciais

4 - Análise da situação política

VILA REAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Vila Real, para reunir no próximo dia 19 de Fevereiro, de 2011 (sexta-feira), pelas 18h00 na sede, sita na Rua da Boavista, nº 11, com a seguinte:

Ordem de trabalhos

Ponto único - Eleição da Mesa da Assembleia de Secção e da Comissão Política para o biênio 2011/2013

Nota

- As listas candidatas devem ser entregues, na sede concelhia que para o efeito estará aberta das 21h30 às 24h00, ao Presidente da Mesa ou a quem estatutariamente o possa substituir até à 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

- As urnas estão abertas das 18h00 às 23h00

**GOLEGÃ**

Ao abrigo do artigo 70.º dos Estatutos Nacionais da JSD e dos demais Regulamentos aplicáveis, convocam-se os militantes da JSD da Secção Concelhia da Golegã, para a reunião de Plenário Concelhio a realizar no dia 29 de Janeiro de 2011, pelas 18 horas, na Sede Concelhia, sita na Rua José Relvas, R/c - Loja 6, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Um - Análise dos primeiros meses de mandato dos órgãos eleitos;

Ponto Dois - Discussão e Aprovação do Plano de Actividades;

Ponto Três - Análise da Situação Política;

Ponto Quatro - Outros assuntos.

A Presidente da Mesa do Plenário

(Joana Torres Ereio)

CONSELHO DISTRITAL DE SANTARÉM

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Conselho Distrital da JSD Distrital de Santarém, para reunir no próximo dia 12 de Fevereiro de 2011, pelas 16 horas, no Auditório do Centro de Interpretação e Educação Ambiental do Cais da Vala de Salvaterra de Magos, com a seguinte ordem de trabalhos:

- Informações;

- Relatório de Actividades do Primeiro Ano de Mandato;

- Relatório de Actividades para 2011;

- Análise da Situação Política.

O Presidente de Mesa do Conselho Distrital de Santarém da JSD

(Duarte Marques)

SALVATERRA DE MAGOS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis, venho por este meio convocar o Plenário da Secção Eleitoral da JSD/Salvaterra de Magos, para o dia 12 de Fevereiro de 2011, pelas 15 horas, no Auditório do Centro de Interpretação e Educação Ambiental do Cais da Vala de Salvaterra de Magos, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Mesa e Comissão Política da Secção da JSD de Salvaterra de Magos.

Notas:

a) As listas deverão ser entregues na Sede do PSD Distrital de Santarém, ao Presidente da Mesa do Conselho Distrital da JSD Distrital de Santarém ou a quem o possa estatutariamente substituir.

b) Entrega das listas em duplicado, segundo os Estatutos Nacionais e demais regulamentos em vigor da JSD até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

c) As urnas estarão abertas das 15h00 às 16 horas.

O Presidente de Mesa do Conselho Distrital de Santarém da JSD

(Duarte Marques)

NÚCLEO DE CEDOFEITA/VITÓRIA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos Regulamentos aplicáveis convocam-se os militantes do núcleo,

para reunirem no dia 5 de Fevereiro de 2011, pelas 18 horas, na Sede do PSD/Paranhos, sita à Rua do Campo Lindo, n.º 63, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Mesa e Comissão Política de Núcleo.

Nota:

As urnas estarão abertas das 18h00 às 19h30m.

As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia ou a quem o substitua, até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral na morada supra citada.

O Presidente da Mesa de Secção

(Hugo Miguel Sousa Carneiro)

**CONVOCATÓRIA**

Nos termos dos Estatutos e do Regulamento do XII Congresso Nacional dos TSD, convoco a Assembleia Distrital de Setúbal para reunir no próximo dia 13 de Janeiro de 2011, quarta-feira, pelas 21h00, na Sede do PSD da Secção de Setúbal, sita na R. Rua Rodrigues de Freitas, nº 13-1º Esq., em Setúbal, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Informações;

2. Discussão e Aprovação das Propostas de Alteração aos Estatutos e de Moção de Estratégia Política e Sindical a apresentar ao XII Congresso Nacional dos TSD;

3. Análise da Situação Político-Laboral.

Setúbal, 31 de Dezembro de 2010

O Presidente da Mesa

da Assembleia Distrital

Aureliano Moreira Guedes